

RUI PEREIRA

rui.pereira@ulp.pt

ULP / CECS — UM

PORQUE SERÁ DESEJÁVEL UMA LITERACIA MEDIÁTICA “FORA DA LEI”?

RESUMO

Preconiza-se, neste trabalho, a necessidade de inserir de modo sistemático e especializado na formação de formadores na área da Educação Mediática em Portugal a diversidade das reflexões teóricas e, em particular, críticas sobre a comunicação e os média. Partindo da crítica do “Paradigma Dominante” (Gitlin), do construcionismo de Luhmann e da crítica funcional (Breed) avança-se com propostas concretas.

PALAVRAS-CHAVE

Teoria e formação mediáticas; paradigmas dominante e crítico

Na linha de trabalhos anteriores (Pereira, 2011, 2015), o presente artigo visa fundamentar, a partir do quase quadragenário estudo de Todd Gitlin (1978), a necessidade de produzir e estabelecer, no nosso país, uma base de estudos que possa dotar a formação de formadores (não especializados) em Educação para os média de um acervo teórico de reflexão que lhes permita promover uma literacia mediática efetivamente crítica (vd. McCowan, 2006; Hedkte & Zimenkova, 2013).

Sem invalidar as modulações anti cínicas assinaladas, por exemplo, em Mihailidis (2009)¹, o privilégio epistémico da crítica na Literacia Mediática justifica-se, do ponto de vista aqui adotado, porque se para que qualquer um de nós obtenha uma formação de nível superior em senso comum basta não estudar, então a vocação do estudo há de bem ser a inversa.

¹ “Os estudantes não devem apenas ser ensinados a proteger-se a si mesmos dos média, mas também a entender a complexa necessária e com frequência dinâmica existência dos média” (Mihailidis, 2009, p. 3).

A tese central que aqui se defende é a de que um tal instrumento qualificará a intervenção destes formadores no sentido do convívio superador, no seu trabalho, da indecibilidade teórica e da vulgata doxástica que envolvem a “comunicação” (e em particular a comunicação para grandes massas)² simultânea e paradoxalmente enquanto objeto de estudo científico e como mito do nosso tempo.

Tal tarefa deverá incumbir à academia, envolvendo as estruturas formais e informais nele interessadas³. E a sua relevância deixa-se melhor perceber caso se pense, com Niklas Luhmann (2006, p. 869), como a auto descrição e transmissão nas nossas sociedades se executa, na contemporaneidade, menos através das estruturas do saber do que segundo “as leis próprias dos meios de massas”, suscitando um triplo feixe de questionamento:

1. “Aquilo que sabemos (...) sobre o mundo no qual vivemos, o sabemos pelos meios de comunicação” (Luhmann, 2009, p. 15).
2. Na sua dupla realidade: “a sua realidade real [que] consiste nas suas próprias operações” e “aquilo que para eles ou por meio deles aparece como realidade para outros” (Luhmann, 2009, p. 18).
3. E, por fim, questão de ligação, de ordem mais geral e entre todas “a mais urgente (...): que sociedade é essa que descreve a si mesma e ao mundo dessa maneira?” (Luhmann, 2009, p. 33).

A terceira destas questões lança os estudos em comunicação no centro das preocupações sociais e políticas da contemporaneidade: se, ao dizerem o que existe, os média fazem existir o que dizem, pensar a comunicação é já pensar a experiência, a existência, a linguagem e o próprio pensamento (cf. Austin, 1962; Goodman, 1995).

Altamente problemática, a ideia de *comunicação* surge vulgarmente apresentada, sobretudo nos discursos para não-iniciados, como algo de resolvido. Tal “solução” aparece usualmente sob fórmulas tautológicas (Sfez, 1994) como a de *sociedade da comunicação* ou sob metáforas de matriz tecnológica, como a das *autoestradas da informação*, auto laudatoriamente geradoras de uma *sociedade do conhecimento*, entre outras.

² Doravante e salvo indicação em contrário, o emprego do termo “comunicação” respeita a esta sua dimensão: para grandes massas”.

³ Exemplos práticos em Worsnop (sd) e Bindig et al. (2015).

Constitui-se assim uma vulgata que preenche as convicções públicas sobre um tempo em que os saltos técnicos permitem a multiplicação de formas de “contacto” (no sentido anglo-saxónico de *touch*), contribuindo para uma atmosfera de “confusão” (Sfez, 1994) entre comunicação e comunicabilidade, informação e conhecimento, objetividade e manipulação, etc.

Radicada em teorizações metafóricas como a do “Espelho” ou da “Janela” (cf. Traquina, 2002; Gomis, 1991, p. 17), num sentido mais estreito, a vulgata descreve a produção e distribuição tecnicamente ampliada de comunicação como “comunicação social”, “órgãos de informação”, “jornalismo objetivo”, etc., subjazendo a todas estas fórmulas aquilo que Denis McQuail (2003, p. 162) designa por uma *Teoria Normativa*, na qual aquilo que é se dá já a ver como o que deveria ser.

A conexão equívoca entre a (des)ordem epistemológica do pensamento comunicacional especializado e a vulgata da sua perceção social configura uma ideia geral da comunicação cuja relevância Charles Taylor (2010, p. 31) e ajuda a esclarecer, ao mostrar como as teorizações acabam “por infiltrar o imaginário social, primeiro talvez das elites e em seguida de toda a sociedade”, num processo de reciprocidade até que “a nova configuração das coisas” acaba por tornar-se “demasiado óbvia para ser digna de menção” (Taylor, 2010, pp. 37-38).

MOMENTO PRÉ-PARADIGMÁTICO

Entende-se neste trabalho que o campo científico de reflexão e pesquisa sobre a comunicação, atendendo à pluralidade epistemológica das suas origens e ao tempo ainda historicamente curto da sua existência, se encontra não num estatuto de menoridade científica, mas antes num estado “pré-paradigmático” (vd. Kuhn, 2013, p. 76). O texto acompanha ainda Donsbach (2006, pp. 443-444) ao considerar existir já “uma considerável quantidade de prova de boa qualidade sobre o processo comunicacional”, a que uma reflexão crítica poderá conferir dimensões úteis, de carácter normativo.

Cumprirá assim indagar acerca do estado e estatuto epistémicos da pesquisa especializada em comunicação e as ideias imaginárias predominantes, organizadas em torno da vulgata doxástica sobre os média. Desde o início – da instabilidade na própria definição e delimitação do termo “comunicação” (cf. McQuail, 2003, pp. 13-14; McQuail & Windhal, 1993, p. 12; Fiske, 2002, p. 14; Serra, 2007, p. 9) –, o simples folhear de um conjunto não exaustivo de compilações e textos de compêndio apenas incidente sobre os aspetos coletivos da comunicação, editados em português,

devolve-nos perto de duas dezenas de feixes e enfoques teóricos⁴ que, no seu conjunto, parecem significar, ao mesmo tempo, mais e menos do que uma teoria. Escreve, por seu lado, Robert T. Craig que,

a teoria da comunicação enquanto campo identificável de estudos não existe (...) os teóricos (...) aparentemente não concordam nem discordam muito acerca de coisa nenhuma. Não existe um cânone teórico geral a que se refiram. Não têm objetivos comuns que os unam, nem material de contencioso que os divida. Na sua maior parte, ignoram-se, simplesmente, uns aos outros. (Craig, 1999, p. 119)

Noutra pesquisa, Luiz C. Martino (2006, p. 15) refere-se criticamente à aparência de “que uma teoria é teoria da comunicação desde que apresente o termo ‘comunicação’”. Já Wolfgang Donsbach (2006, p. 447) aponta como causa principal para esta disparidade epistémica a prevalência de uma “pesquisa empírica” que, por desprovida de metas normativas, “pode facilmente tornar-se arbitrária, casuística e irrelevante”. Para Donsbach (2006, p. 447), ainda, uma tal orientação normativa pode e deve encontrar-se no facto de a investigação em comunicação possuir “o potencial para, no geral, servir normas e valores humanos e democráticos”, no topo dos quais se encontrará a sua relação “com a liberdade do indivíduo para compreender a sua envolvente e nela intervir”.

A ausência de uma expressão clara destas dificuldades e potencialidades aos olhos dos públicos não-iniciados corrobora o estatuto ambíguo da “comunicação” nas nossas sociedades, fazendo-a emergir como uma sorte de “ideologia ‘sem inimigo’”, conforme a caracterizaram Breton & Proulx (2002, pp. 10-11). No campo específico da literacia mediática, este estado geral de ambiguidade repercute-se também (cf. Gonnet, 2007; Fedorov, 2007).

PARADIGMA E “PARADIGMA DOMINANTE”

Para Thomas S. Kuhn, pode falar-se de um “paradigma” científico quando se está perante “realizações científicas universalmente

⁴ “Teoria da Agulhas Hipodérmicas; Teoria do Interacionismo Simbólico Teoria do Espelho; Teoria do Two e Multi Step Flow; Teoria do Gate-Keeping; Teoria Organizacional (Administrativa – Organização – e Estruturo-Funcionalista); Teoria do Condicionador Condicionado; Teoria da Incubação; Teoria dos Usos e Gratificações; Teorias da Parcialidade (bias); Teoria da Dependência; Teoria do Knowledge Gap; Teoria do Agenda-Setting (1 e 2); Teoria da Espiral do Silêncio; Teoria da Economia Política; Teoria dos Sistemas – Construcionismo operacional); Teoria da Tematização; Teoria Construcionista; Teoria do Enquadramento” (Fontes: Mattelart & Mattelart, 1997; Ferin da Cunha, 2002; McQuail, 2003; McQuail & Windhal, 1992; Traquina, 1993, 2002, 2005; Esteves, 2009). Para um quadro exaustivo, ver Littlejohn & Foss (2009).

reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência” (Kuhn, 2013, p. 40). Ao paradigma cumprir fixar, encerrar e “definir implicitamente os problemas e métodos legítimos de um campo de pesquisa” (Kuhn, 2013, p. 54), tarefa que realiza a partir não de uma base tecnocraticamente assética, mas de um conjunto de “fundamentos”, de “crenças recebidas” (Kuhn, 2013, p. 48), de “uma ou outra metafísica” (Kuhn, 2013, p. 39). Para Kuhn, essas bases constituem feixes de “orientação implícita” (Kuhn, 2013, p. 39) e de “estruturação de problemas” (Kuhn, 2013, p. 39) específicos cuja resposta pretende encontrar-se, sim, mas de um modo que, de alguma forma, está já contido nas perspetivas implícitas de partida que subjazem à estruturação dos campos científicos, com frequência em posições de “incomensurabilidade” (Kuhn, 2013, p. 47).

No campo das Ciências Sociais e da Comunicação, é particularmente notória a tensão entre saber e poder. Atestam-no tanto a sua genealogia europeia (teorizações das elites, do poder, das multidões e dos públicos - Mosca, Pareto, Sighele, Le Bon ou Tarde, entre outros), quanto os dois “paradigmas” norte-americanos primordiais sobre os “efeitos”: a teoria “das agulhas hipodérmicas” (cf. Creel, 1920; Bernays, 1928; Lippmann, 1998) e a sua ‘sucessora’ teoria do *two [multi] step flow of communication* (cf. infra).

Segundo Todd Gitlin (1978) é nesta articulação entre saber e poder que deve situar-se a inflexão promovida pela sociologia funcionalista norte-americana daquele primeiro para o segundo entendimento dos “efeitos”, a partir do estudo realizado por Katz e Lazarsfeld, nos anos 1940, sobre a escassa influência dos média nas opções de voto de uma pequena comunidade norte-americana.

Num sentido mais amplo (*loosely*) do que Kuhn, o termo “paradigma” é usado por Gitlin em três aceções: ele (a) “identifica como importantes certas áreas de investigação num determinado campo”; (b) “pretende “explorar uma certa metodologia, mais ou menos distintiva” e, por fim, (c) “produz um conjunto de resultados diferenciados e, mais importante do que tudo isso, consegue ver-se reconhecido enquanto tal”. Neste sentido, “um paradigma estabelece-se enquanto tal, não apenas pelos seus produtores, como pelos seus consumidores, a profissão que concorda em tomá-lo como visão prioritária” sobre o problema de que se ocupa (Gitlin, 1978, pp. 207-208).

Dentro do paradigma do que chamou a sociologia funcionalista dos média Gitlin (1978, pp. 207-208) sublinha como a “teoria específica de Katz e Lazarsfeld (...) ocupou o centro da atenção académica”, a ponto de “em

qualquer debate sobre os efeitos dos média as citações da [teoria] da *Influência Pessoal* permaneceram virtualmente obrigatórias”. Um *standard work*, como a adjectivou Daniel Bell. Ora, segundo a reflexão de Gitlin, a entronização da ideia (bem como a própria ideia) de que os média teriam uma influência menor do que inicialmente se pensava constituía uma forma de branqueamento dos problemas envolvidos nas relações entre sistemas de poderes e dispositivos ampliados de comunicação. O paradigma, que se tornaria dominante,

afastou as atenções do problema do poder dos media para definir a atividade política normal e anormal, para dizer o que é politicamente real e legitimado e aquilo que o não é; para justificar a estrutura política bipartidária; para estabelecer certos programas políticos na atenção social e para conter, canalizar ou excluir outros; e para configurar as imagens dos movimentos de oposição. (Gitlin, 1978, p. 205)

Noutra passagem, Gitlin (1978, p. 206) critica a pobreza das conclusões a que esta corrente de estudos conduziu: “Deverá espantar alguém que trinta anos de pesquisa metódica sobre os ‘efeitos’ dos *mass media* tenha produzido tão poucas descobertas coerentes?”⁵. Em contrapartida, regista, ao “evitar este tipo de questões tornou-se, ela mesma útil às estações de televisão, às empresas de pesquisa de mercados e aos candidatos políticos”.

Num âmbito epistemológico: “ela procurou os ‘efeitos’ da programação dos média de uma maneira estritamente comportamentalista, oferecendo uma definição a tal ponto estreita, microscópica e direta de ‘efeitos’ que os seus estudos só muito levemente poderiam captá-los” (Gitlin, 1978, p. 206). Pode, em suma, dizer-se que, a este olhar, a teoria da inocuidade dos média quanto à configuração de grandes cosmovisões sociais implantou-se menos pelas respostas que conseguiu obter do que pelas perguntas que soube esquecer.

CORPUS CRÍTICO

O texto de Todd Gitlin analisa o processo que levou a ideia dos “efeitos mínimos” a constituir-se como “paradigma dominante”. Muito do que

⁵ Em 1960, (*The Effects of Mass Communication*) Joseph Klapper sustentava que “as pessoas (...) perante a cobertura mediática (...), tendem mais a ver-se confirmadas nas ideias que já têm do que a dispor-se para a sua alteração ou adoção de novas”. E resumia como conclusão plausível que “as funções persuasivas os media constituem muito mais um agente de reforço do que de mudança social.” (cf. Blumler & Gurevitch, 2005, p. 240).

aí se diz não encontrará hoje uma tradução linear no panorama da disciplina. Mas, isso não apenas não retira importância ao texto de Gitlin, como não constitui um tópico capital para a sua convocação no presente trabalho.

Numa perspetiva mais geral sobre o funcionalismo sociológico norte-americano, corroboraria, aliás, Pierre Bourdieu (1989, p. 24) que ele “constituiu uma espécie de *holding* ‘científico’ socialmente muito poderoso, que reinou na sociologia mundial durante trinta anos”. Por seu turno, para Paul Beaud (1984, p. 37), esse predomínio produziu-se no encontro entre “a-teorismo” e “banalidade sentenciosa”, a partir de metodologias da ordem de uma “quantofrenia” ou de uma ilusão a que Sorokin (citado em Beaud, 1984, pp. 29-30) chamou a “voga da ‘numerologia’”.

Mais interessante para os propósitos deste trabalho é, porém, constatar como ao longo das décadas os choques conceituais e discussões epistémicas não deixaram de agitar o debate comunicacional⁶. Geraram-se, dessa maneira, reflexões de rotura com a noção dos média e da comunicação como espécie de “linha branca” ideológica ou enquanto protagonistas supostos de uma utopia social *à la Kant*, ajudando o Homem a sair da sua “menoridade” intelectual.

Estruturadas em grandes escolas ainda que não uniformemente sistematizadas, no que concerne à específica composição de uma “educação crítica sobre os média”, tais reflexões (saídas algumas do seio do próprio funcionalismo – cf. Breed, 1993) abrem a porta ao que Bourdieu (1989, p. 49) apontava como uma “metanoia”, cuja necessidade aqui se acompanha.

A aceitar-se esta ideia, uma tarefa dos nossos académicos neste particular do campo da comunicação consistiria, assim, num recenseamento, seleção e disponibilização do vasto manancial crítico acumulado ao longo de décadas pelo pensamento comunicacional. Material que, organizado tematicamente, deveria integrar um, entre nós inexistente, corpus teórico crítico reunido de base, destinado a formadores não especializados na área da literacia mediática. Tal *corpus* poderia incluir, entre outros, temas como os que a título meramente ilustrativo se deixam propostos⁷:

⁶ Para dois exemplos, cf. Adorno-Lazarsfeld e a pesquisa “crítico-reflexiva” vs. “a pesquisa “científico administrativa” (Rüdiger, 2016, p. 25), ou Baudrillard (1974, pp. 194-223) vs. Enzensberger (1974, pp. 95-128) acerca do potencial conservador ou transformador dos média.

⁷ Mencionam-se, apenas, obras de autores estrangeiros na sua maioria traduzidas para português. Existe, todavia, um considerável acervo de estudos de autores nacionais e de língua portuguesa que aqui não é considerado por simples razões de economia de espaço, mas que deve integrar um tal corpus teórico.

TEMÁTICAS	AUTORES E OBRAS
As roturas construcionistas com as teorizações da “objetividade”, do “espelho” e da “manipulação”	(por exemplo, Tuchman, 1993; Hackett, 1993)
A homologia sistémica entre as produções informativas-publicitárias-ficcionais	(por exemplo, Luhmann, 2009a)
Os média como negócio de venda de espetadores a anunciantes	(por exemplo, Smythe, 1977; Wasco, 2005)
A informação como inversa do conhecimento e a epistemologia dos jornalistas	(por exemplo, Phillips, 1993)
A forma jornalística como produtora de veridicção	(por exemplo, Schudson, 1993)
As fontes jornalísticas e os “definidores primários”	(por exemplo, Hall, Chritcher, Jefferson, Clarke & Roberts, 1993)
Problemas de legitimação, “hierarquia da credibilidade”	(por exemplo, Miliband, 1977; Van Leuween, 2007; Becker, 1967)
Problemas jornalístico-políticos de sub-representação estável	(por exemplo, Gamson, 1968)
A desimportância da “opinião” (por oposição à tematização) na formação da Opinião Pública	(por exemplo, Luhmann, 2009b)
Um jornalismo que faz jornalistas, ao invés de jornalistas que fazem jornalismo	(por exemplo, Breed, 1993)
Os efeitos <i>long run</i> vs. efeitos <i>short run</i>	(por exemplo, Gitlin, 1978; Hall, 1997, 1980; Saperas, 1993)
- Os conceitos de “tautismo”, “psitacismo” e “confusão”.	(por exemplo, Sfez, 1994)
A ideologia como senso comum naturalizado e despercebimento doutrinário e marcadores (“sentinelas”) ideológico-axiológicos.	(por exemplo, Fairclough, 1992; Miliband, 1977)
A ACD como revelador ideológico do discurso mediático	(por exemplo, Van Dijk, 2005)
Problemáticas específicas da crítica da televisão	(por exemplo, Sartori, 2000; Popper & Condry, 1995; Mander, 1999; Bourdieu, 1997)
A crítica do papel dos média na educação e da escola como <i>medium</i> .	(por exemplo, Postman, 2002; Russell, 2000; García Calvo, 1989, 1997; Apple, 1999; 2001)

Tabela 1: *Corpus* de partida para a formação de uma literacia crítica mediática para formadores não especialistas (alguns exemplos ilustrativos)⁸

⁸ Para exemplos de carácter mais prático, ver CML (2005) e Frechette (2015).

UMA QUESTÃO DE PERGUNTAS

Na ótica deste trabalho, a ideia de crítica relaciona-se, acima de tudo, com a ideia de pergunta, no sentido que Postman (2002, p. 199) lhe confere: a pergunta é a mais importante ferramenta heurística dos seres humanos. Dito de outra maneira, perguntas aparentemente simples podem, todavia, encerrar um alcance de grande profundidade. Por essa razão, especifica-se, em seguida, e sob a forma de perguntas simplificadas, algumas tematizações que, submersas pelo peso da obviedade, têm, a despeito da sua virtualidade heurística, a propriedade de desaparecerem sob o peso das pseudo-respostas superficiais do senso comum habitual acerca dos média e do jornalismo:

1. Pode falar-se de “conhecimento” relativamente à informação mediática? (conhecimento e informação, conceitos acerca da imbricação entre média e escolarização como dispositivo inevitavelmente político);
2. O que é novo é necessariamente bom? (Aspectos ideológicos no tratamento das inovações *tecnológicas*);
3. Serão os média produtores de verdade ou de manipulação dos públicos? (Exploração das abordagens construcionistas como pensamento de superação);
4. De que modo o sensacionalismo funciona como receita de mercado mas, mais do que isso, como indutor de indiferentismo e conformidade? (Problemática da banalização da crítica);
5. Qual diferenças existirão entre “interesse público” e “interesse do público” e quem/como/com que critérios a determina? (Abordagem dos média como instância de promoção mercantil de voyeurismo social);
6. Incumbirá aos média públicos uma diferente ou maior responsabilidade social do que aos média privados? (Debate sobre as relações entre responsabilidade e natureza da propriedade)
7. Se os média forem uma instância de fiscalização no corpo social, como são eles fiscalizados e fiscalizáveis? Devem sê-lo? (Aproximação a questões normativas da função social dos média e (in)suficiência do respetivo debate em termos de mera codificação deontológica que pauta a reflexão corrente sobre “ética” em jornalismo);
8. Em que consiste a “opinião pública” e como aparece ela na opinião publicada? (A questão da diferenciação entre ambas e da construção de cada uma);

9. Será de facto possível a separação entre factos e opiniões tão reivindicada pelo ethos jornalístico (Questões de Análise Crítica do Discurso noticioso, problemáticas da seleção e hierarquização da informação, a partir das noções de “implícitos”, “pressupostos” e “saberes de fundo”);
10. A abolição institucional da censura significa, de facto, inexistência de censura? (Abordagens das questões da autocensura relacionadas com as problemáticas da economia política dos média, e das reconfigurações do próprio campo dos média – funcionamento interno, propriedade, concentração, precarização).

Sublinha-se, no entanto, que todos estes, como outros necessários, são apenas tópicos a sujeitar a um debate especializado prévio à elaboração do texto do *corpus* teórico aqui proposto. A tarefa é demasiado vasta para caber nos estreitos limites de um artigo académico ou para incumbir apenas a um investigador.

De fundamental, todavia, acentua-se, até retomando Pierre Bourdieu, que mais do que a sua desejabilidade, o rompimento com o senso comum atinge, hoje, na questão comunicacional um estado de necessidade tal que uma literacia mediática significativa – i.e., que não se limite a “fazer pleonasmos com o mundo”, como dizia ainda o sociólogo francês (Bourdieu, 1989, p. 53), citando Mallarmé – não pode evitar. Mesmo que isso signifique para a pesquisa, em vez de *ciência normal*, e como apontava o próprio Bourdieu (1989, p. 39), “pôr-se um pouco *fora da lei*”.

QUATRO PASSOS CONCRETOS

Não é propósito da presente reflexão aprofundar os termos práticos da sua concretização. Todavia, caberá dizer a este respeito e para clarificar a ideia:

(1) Que ela aponta para a organização de uma obra com carácter de compêndio, reunindo fragmentos de diversos autores que vêm contribuindo para o estabelecimento de uma crítica fundamentada dos média (para além dos modelos estrangeiros fornecidos nas referências infra, o recente *Tratar os Media por ‘Tu’* (Silveira, Pessoa, Pinto, Petrella & Carvalho, 2017) pode prover, para o trabalho teórico aqui proposto, uma experiência útil e um exemplo profícuo de institucionalização, que a mencionada obra promove para o plano prático); e

(2) Que uma tal obra almejará constituir-se como uma primeira e não exaustiva base de trabalho para um plano nacional de ações de formação de formadores no campo da literacia crítica mediática

Os seus destinatários deverão incluir privilegiadamente:

(1) Docentes e monitores nos âmbitos da educação formal e informal, que trabalhem estas áreas, especificamente a partir do terceiro ano do Ensino Básico (inclusive) e Ensino Secundário e

(2) No âmbito da formação de adultos.

Devidamente creditadas, tais ações de formação constituir-se-iam como meio de transmissão e discussão das diferentes perspetivas críticas patentes nos textos compilados, articulando, ao mesmo tempo, a sua operacionalização através da apresentação de exemplos e motivos retirados de conteúdos mais ou menos atualizados dos próprios média, capazes de gerarem a aplicação deste material teórico em sala de aula.

A implantação de um tal programa, sugere-se, poderá começar por recensear investigadores académicos nele interessados (no âmbito, aparentemente o mais adequado, da própria Sopcom) que, constituídos em grupo de trabalho, poderão:

(1) Elaborar a ideia sob a forma de projeto científico específico, a candidatar ao apoio da Fundação para a Ciência e Tecnologia.

(2) Abrir o diálogo com a tutela governamental atinente ao projeto, com vista a encontrar os termos da sua implantação.

(3) Constituir uma comissão redatorial que se encarregará da preparação final do material bibliográfico e dos programas pedagógicos das ações de formação.

(4) Diligenciar, como último passo, a sua concretização junto das instituições escolares e de formação profissional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Apple, M. (1999). *Ideologia e Currículo*. Porto: Porto Editora.

Apple, M. (2001). *Educação e Poder*. Porto: Porto Editora.

Austin, J. L. (1962). *How to do things with words*. Oxford: Oxford University Press.

Baudrillard, J. (1974). Requiem por los media. In J. Baudrillard, *Crítica de la Economía Política del Signo* (pp. 194-223). México: Siglo XXI.

- Beaud, P. (1984). *La société de connivence – Media, médiations et classes sociales*. Paris: Aubier.
- Becker, H. (1967). Whose side are we on? *Social Problems*, 14(3), 239-247.
- Bernays, E. (1928). *Propaganda*. [eBook]. Retirado de <http://edward-bernays.soup.io/post/19658768/Edward-Bernays-Propaganda-1928-pdf-PDF-357>
- Bindig, L.; Frechette, J.; Higdon, N.; Huff, M.; Roth, A.L.; Phillips, P.; Williams, R. & Yousman, B. (2015). *The Global Critical Media Literacy Project - Educators' resource guide*. Action Coalition for Media Education / Project Censored. [eBook]. Retirado de http://gcml.org/wp-content/uploads/2015/11/GCMLP_Resource_Guide.pdf
- Blumler, J. G. & Gurevitch M. (2005). The political effects of mass communication. In M. Gurevitch; T. Bennett; J. Curran & J. Woollacott (Eds.), *Culture, society and the media* (pp. 236-267). Nova Iorque e Londres: Taylor & Francis e-Library.
- Bourdieu, P. (1989). *O poder simbólico*. Lisboa: Difel.
- Bourdieu, P. (1997). *Sobre a televisão*. Oeiras: Celta.
- Breed, W. (1993). Controlo social na redação – Uma análise funcional. In N. Traquina (Ed.), *Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”* (pp. 152-166). Lisboa: Vega.
- Breton, P. & Proulx, S. (2002). *La explosión de la comunicación*. Quito: Abya-Yala.
- CML, Centre for Media Literacy (2005). *Five Key Questions of Media Literacy*. Retirado de http://teachertraveltips.weebly.com/uploads/5/9/2/0/5920837/media_literacy.pdf
- Creel, G. (1920). *How We Advertised America*. USA: Harper & Brothers. Retirado de <https://ia800202.us.archive.org/17/items/howweadvertamerioocreerich/howweadvertamerioocreerich.pdf>
- Craig, R. S. (1999). Communication Theory as a Field. *Communication Theory*, 9, 119–161. doi: 10.1111/j.1468-2885.1999.tb00355.x
- Donsbach, W. (2006). The Identity of Communication Research. *Journal of Communication*, 56, 437-448. doi:10.1111/j.1460-2466.2006.00294.x
- Enzensberger, H. M. (1974). Constituents of a Theory of the Media. In H. M. Enzensberger, *The Consciousness Industry* (95-128). Nova Iorque: The Seabury Press.

- Esteves, J. P. (Ed.) (2009). *Comunicação e sociedade – Os efeitos sociais da comunicação de massas*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Fairclough, N. (1992). *Language and Power*. Londres: Longman Group.
- Fedorov, A. (2007). *Media Education: Sociology Surveys*. Taganrog: Kuchma Publishing House.
- Ferin da Cunha, I. (2002). *Comunicação e culturas do quotidiano*. Lisboa: Quimera.
- Fiske, J. (2002). *Introdução ao Estudo da Comunicação*. Porto: Asa.
- Frechette, J. (2015). Top Ten Guiding Questions for Critical Digital Literacy. *The Journal of Media Literacy*, 61(1-2), 14-21. Retirado de <https://acmesmartmediaeducation.net/2015/04/07/top-ten-guiding-questions-for-critical-digital-literacy/>
- Gamson, W. A. (1968). Stable Unrepresentation in American Society. *The American Behavioral Scientist*, 12, 15-21.
- García Calvo, A. (1989). Como se mata un niño para hacer un hombre. Retirado de <http://bauldetrompetillas.es/agustin-garcia-calvo/conferencias/>
- García Calvo, A. (1997). ¿Qué sabe un niño?. *Archipiélago*, 31. Retirado de <http://bauldetrompetillas.es/agustin-garcia-calvo/conferencias/>
- Gitlin, T. (1978). Media Sociology: The Dominant Paradigm. *Theory and Society*, 6(2), 205-253.
- Gomis, L. (1991). *Teoría del Periodismo — Cómo se forma el presente*. Barcelona: Paidós.
- Gonnet, J. (2007). *Educação para os media – As controvérsias fecundas*. Porto: Porto Editora.
- Goodman, N. (1995). *Modos de fazer mundos*. Porto: Asa.
- Hackett, R. A. (1993). Declínio de um paradigma? – A parcialidade e a objectividade nos estudos dos media noticiosos. In N. Traquina (Ed.), *Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”* (pp. 101-130). Lisboa: Vega.
- Hall, S. (1980). Encoding / Decoding. In S. Hall; D. Hobson; A. Lowe & P. Willis (Eds.), *Culture, media, language - Working Papers in Cultural Studies, 1972-79* (pp. 128-138). Londres: Hutchinson.
- Hall, S. (1997). The work of representation. In S. Hall (Ed.), *Representation – Cultural representations and signifying practices* (pp. 13-74). Londres, Thousand Oaks, Nova Delhi: Sage.

- Hall, S.; Chritchler, C.; Jefferson, T.; Clarke, J. & Roberts, B. (1993). A produção social das notícias – O *mugging* nos *media*. In N. Traquina (Ed.), *Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”* (pp. 224-248). Lisboa: Vega.
- Hedkte, R. & Zimenkova, T. (2013). Introduction - Critical approaches to education for civic and political participation. In R. Hedkte, & T. Zimenkova (Eds.), *Education for Civic and Political Participation: A critical approach* (pp. 1-12). Nova Iorque e Londres: Routledge.
- Kuhn, T. S. (2013). *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva.
- Lippmann, W. (1998). *Public Opinion*. New Brunswick/Londres: Transaction Publishers.
- Littlejohn, S. W. & Foss, K. A. (Eds.) (2009). *Encyclopedia of Communication Theory*. Thousand Oakes/Londres/Nova Delhi: Sage.
- Luhmann, N. (2006). *La sociedad de la sociedad*. México: Herder.
- Luhmann, N. (2009a). *A realidade dos meios de comunicação*. São Paulo: Paulus.
- Luhmann, N. (2009b). Opinião Pública. In J. P. Esteves (Ed.), *Comunicação e sociedade – Os efeitos sociais da comunicação de massas* (pp. 163-191). Lisboa: Livros Horizonte.
- Martino, L. C. (2006, setembro). *Teorias da Comunicação: O Estado da Arte no Universo de Língua Espanhola*. Comunicação apresentada no XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Brasília. Retirado de <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2006/resumos/R0292-1.pdf>
- Mander, J. (1999). *Quatro argumentos para acabar com a televisão*. Lisboa: Antígona.
- Mattelart, A. & Mattelart, M. (1997). *História das teorias da comunicação*. Porto: Campo das Letras.
- McCowan, T. (2006). Os fundamentos do questionamento crítico na educação para a cidadania. *Currículo sem Fronteiras*, 6(2), 140-155. Retirado de http://www.curriculosemfronteiras.org/vol6iss2articles/mccowan_p.pdf
- McQuail, D. (2003). *Teoria da Comunicação de Massas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- McQuail, D. & Windhal, S. (1993). *Modelos de Comunicação para o estudo da comunicação de massas*. Lisboa: Ed. Notícias.
- Mihailidis, P. (2009). Beyond Cynicism: Media Education and Civic Learning Outcomes in the University. *International Journal of Learning and Media*, 1(3), 2-13.

- Miliband, R. (1977). *O Estado na Sociedade Capitalista — Uma análise do sistema de poder no Ocidente*. Lisboa: Presença.
- Pereira, R. (2011). Literacia Crítica Mediática: em defesa de uma iconoclastia geral. In S. Pereira (Ed.), *Literacia, Media e Cidadania - Livro de Atas do I Congresso Nacional* (pp.101-114). Braga: CECS.
- Pereira, R. (2015). Literacia Crítica Mediática (LCM) enquanto educação para o mundo. In S. Pereira & M. Toscano (Eds.), *Literacia, Media e Cidadania - Livro de Atas do 3.º Congresso* (pp. 468-479). Braga: CECS.
- Phillips, E. B. (1993) Novidade sem mudança. In N. Traquina (Org.), *Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”* (pp. 326-331). Lisboa: Vega.
- Popper, K. & Condry, J. (1995). *Televisão um perigo para a democracia*. Lisboa: Gradiva.
- Postman, N. (2002). *O fim da educação – Redefinindo o valor da escola*. Lisboa: Relógio d'Água.
- Rüdiger, F. (2016). Ciência, reflexão e crítica nos estudos de mídia. In M. I. Vassallo de Lopes (Org.), *Epistemologia da Comunicação no Brasil: trajetórias autorreflexivas* (pp. 21-34). São Paulo: ECA/USP. [eBook].
- Russell, B. (2000). As funções de um professor. In O. Pombo (Org.), *Quatro textos excêntricos – Filosofia da Educação* (pp. 71-85). Lisboa: Relógio d'Água.
- Saperas, E. (1993). *Os efeitos cognitivos da comunicação de massas*. Porto: Asa.
- Sartori, G. (2000). *Homo videns – Televisão e pós-pensamento*. Lisboa: Terramar.
- Schudson, M. (1993). A política da forma narrativa: a emergência das convenções noticiosas na imprensa e na televisão. In N. Traquina (Ed.), *Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”* (pp. 278-293). Lisboa: Vega.
- Serra, J. P. (2007). *Manual de Teoria da Comunicação*. Covilhã: UBI / Livros Labcom. [eBook].
- Sfez, L. (1994). *Crítica da comunicação*. Lisboa: Piaget.
- Silveira, P., Pessoa C., Pinto, D., Petrella S. & Carvalho, A. (2017). *Tratar os media por ‘tu’*. Braga: CECS-UM / DGE. [eBook].
- Smythe, D. W. (1977). Communications: Blindspot of Western Marxism. *Canadian Journal of Political and Social Theory*, 1(3), 1-27.
- Taylor, C. (2010). *Imaginários sociais modernos*. Lisboa: Texto & Grafia.
- Traquina, N. (Ed.) (1993). *Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”*. Lisboa: Vega.

- Traquina, N. (2002). *Jornalismo*. Lisboa: Quimera.
- Traquina, N. (2005). *Teorias do Jornalismo: porque as notícias são como são*. Florianópolis: Insular.
- Tuchman, G. (1993). A objetividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas. In N. Traquina (Ed.), *Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”* (pp. 74-100). Lisboa: Vega.
- Van Dijk, T. (2005). *Discurso, notícia e ideologia*. Porto: ICS/Campo das Letras.
- Van Leuween, T. (2007). Legitimation in discourse and communication. *Discourse & Communication*, 1(1), 97-112. doi: <https://doi.org/10.1177/1750481307071986>.
- Wasco, J. (2005). Studying the political economy of media and information. *Comunicação e Sociedade*, 7, 25-48. doi: [http://dx.doi.org/10.17231/comsoc.7\(2005\).1208](http://dx.doi.org/10.17231/comsoc.7(2005).1208)
- Worsnop, C. M. (s.d.). *Media Literacy Through Critical Thinking - Teacher Materials*. Retirado de http://depts.washington.edu/nwmedia/sections/nw_center/curriculum_docs/teach_combine.pdf

Citação:

Pereira, R. (2017). Porque será desejável uma literacia mediática “fora da lei”? In S. Pereira & M. Pinto (Eds.), *Literacia, Média e Cidadania – Livro de Atas do 4.º Congresso* (pp. 431-446). Braga: CECS.